

Balancos patrimoniais			
	Nota	2015	2014
Ativo			
Ativo circulante		146.969	119.887
Disponibilidades	4	8.402	3.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	15.299	31.700
Aplicações em operações compromissadas		15.299	31.700
Relações interfinanceiras		265	682
Depósitos no Banco Central		265	682
Operações de crédito – setor privado		31.645	16.089
Operações de crédito – setor privado (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		31.777	16.111
Outros créditos		91.354	68.216
Carteira de câmbio	7	90.099	67.625
Diversos		1.274	645
(Provisão para outros créditos)		(19)	(54)
Outros valores e bens		4	-
Despesas antecipadas		4	-
Realizável a longo prazo		1.164	2.205
Operações de crédito – setor privado		1.074	2.116
Operações de crédito – setor privado (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		1.079	(1)
Outros Créditos/ Diversos		90	90
Títulos de Créditos a Receber (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(21)	(21)
Ativo permanente		16.390	16.488
Investimentos		1	1
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		16.389	16.487
Imóveis de uso		24.478	24.478
Outras imobilizações de uso (Depreciações acumuladas)		(2.066)	(1.990)
Total do ativo		164.523	138.580
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante		127.167	95.979
Depósitos		4.100	2.116
Depósitos a vista		1.836	1.109
Depósitos a prazo		1.002	433
Depósitos em moedas estrangeiras		1.262	574
Relações interfinanceiras		1.286	3.077
Recursos em trânsito de terceiros		1.276	3.077
Obrigações por empréstimos e repasses		120.918	78.721
Empréstimos no exterior	8	120.918	78.721
Outras obrigações		873	12.065
Contrabancas e arrecadação de tributos e assemelhados		15	1
Carteira de câmbio	7	-	11.155
Fiscais e previdenciárias		70	309
Diversas		788	600
Exigível a longo prazo		997	1.986
Obrigações por empréstimos e repasses		997	1.986
Empréstimos no exterior	8	997	1.986
Outras Obrigações		1.601	1.533
Fiscais e previdenciárias		1.173	1.156
Provisão para contingências	10	428	377
Patrimônio líquido		34.758	39.082
Capital/ De domiciliados no exterior	12	40.382	40.382
Reserva de reavaliação		13.266	13.266
Reserva para contingências		523	523
Lucros ou prejuízos acumulados		(19.413)	(15.189)
Total do passivo e patrimônio líquido		164.523	138.580

Notas explicativas

1. Contexto operacional: O Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil-BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior. O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31/12/2015 e 2014, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão subsidiados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outros provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 12 de fevereiro de 2016. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: a) Auração do resultado - O resultado é aurado de acordo com o regime de competência que estabelece as receitas e despesas devem ser incluídas na auração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata". As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, determinações de provisões para IR, e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. c) Disponibilidade - São representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira. d) Moeda estrangeira Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram interfinanceiras no resultado do período. e) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Títulos e valores mobiliários - De acordo com o Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 e regulamentação complementar em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. g) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma: • A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em "Recalata" e a partir do 60º dia em "Rendas a apropriar", independentemente do nível de risco, sempre ser reconhecidas como recalata, quando efetivamente recebidas; • As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais; e • As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco; • A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é aurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta as normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações propostas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. h) Despesas antecipadas - Representadas basicamente por despesas de seguros. São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Consequentemente são registradas no ativo, considerando o princípio da competência. i) Ativo permanente - O ativo imobilizado está demonstrado ao custo (contingência monetariamente até 31/12/1995), sendo a depreciação efetuada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens. O ativo diferido está representado por desenvolvimento lógicos e gastos com instalação e adaptação de dependência que são amortizados em 5 e 10 anos, respectivamente. As regras contábeis vigentes não admitem, a partir de janeiro de 2009, o registro contábil de novas adições no diferido, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até sua efetiva baixa, conforme Carta Circular nº 3.357/08 e Resolução nº 3.617/08 do BACEN. j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) E reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do período. k) Depósitos - São demonstrados pelos valores das exigibilidades. l) Obrigações por empréstimos e repasses - As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos passivos. m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - As contingências ativas e passivas e obrigações legais-fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis
 Aos Administradores do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) São Paulo-SP Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequação apresentada dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apre-

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30/06/2015	40.382	13.233	523	(15.883)	38.345
Reservas de reavaliação	-	(57)	-	64	7
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.594)	(3.594)
Saldo em 31/12/2015	40.382	13.266	523	(19.413)	34.758
Varição no semestre	-	(57)	-	(3.530)	(3.587)
Saldo em 31/12/2014	40.382	13.366	523	(15.189)	39.082
Reservas de reavaliação	-	(100)	-	93	7
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.354)	(4.354)
Saldo em 31/12/2015	40.382	13.266	523	(19.413)	34.758
Varição no exercício	-	(100)	-	(4.224)	(4.324)
Saldo em 31/12/2013	40.382	13.459	523	(13.400)	40.964
Reservas de reavaliação	-	(93)	-	141	48
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.930)	(1.930)
Saldo em 31/12/2014	40.382	13.366	523	(15.189)	39.082
Varição no exercício	-	(93)	-	(1.789)	(1.882)

Demonstrações dos resultados			
	Semestre findo em		
	2015	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	3.260	6.905	5.767
Operações de crédito	938	1.800	857
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez	1.323	2.673	2.365
Resultado de câmbio	999	2.431	2.545
Despesas da intermediação financeira	(1.557)	(2.673)	(1.119)
Operações de captação no mercado	(54)	(77)	(38)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(1.156)	(2.041)	(989)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(347)	(556)	(92)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.703	4.232	4.648
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.509)	(9.001)	(6.987)
Receitas de prestação de serviços	28	209	34
Despesas de pessoal	(3.825)	(6.354)	(4.909)
Outras despesas administrativas	(1.603)	(3.086)	(2.808)
Despesas tributárias	(182)	(424)	(394)
Outras receitas operacionais	129	739	1.113
Outras despesas operacionais	(56)	(85)	(23)
Resultado operacional	(3.806)	(4.769)	(2.339)
Resultado não operacional	213	414	409
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.594)	(4.354)	(1.930)
Prejuízo do semestre/exercício	(3.594)	(4.354)	(1.930)

nº 3.823/09 do CMN - Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro ativo; • Passivos contingentes: São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação; • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. n. IR e CS. - A provisão para IR, e CS, do período é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano (R\$ 120 no semestre) para IR, e 15% para CS. o. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo. São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4. Caixa e equivalentes de caixa - O** caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2015	2014
Disponibilidades	8.402	3.200
Aplic. Interfinanc. de Liq. (op. compromissadas)	15.299	31.700
Total	23.701	34.900

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31/12/2015 e 2014, estavam assim compostas:

Operações compromissadas – posição bancada		
	2015	2014
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	15.300	31.700
Total	15.300	31.700

6. Composição da carteira de operações de crédito - a. Distribuição das operações por faixa de vencimento.

	Até		Total
	360 dias	Acima de 360 dias	
Emprestimos e títulos descontados	56	70	126
Financiamentos em moeda estrangeira	31.720	1.009	32.729
Adiantamentos si/ contratos de câmbio	58.704	-	58.704
Títulos de crédito a receber	-	301	301
Total	90.480	1.380	91.860

Provisões P/ Crédito de Liquidação Duvidosa			
	2015	2014	2013
Total em 31/12/2015	90.328	1.164	91.492
Total em 31/12/2014	69.049	2.205	71.254

b. Classificação das operações nos níveis de risco

Nível de risco	Percentual de provisão %	Total das operações	
		2015	2014
AA	6,144	68.213	68.213
A	0,5	21.299	2.868
B	1,0	3.087	106
D	10,0	-	83
F	50,0	-	-
G	70,00	330	231
H	100,0	-	378
Total		91.860	368

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Total das operações		
	2015	2014
Setor privado:		
Indústria	80.656	60.636
Comércio	11.075	10.768
Pessoas físicas	126	138
Total	91.860	71.542

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

Parcelas a vencer		
	2015	2014
Até 360 dias	90.193	69.125
Acima de 360 dias	301	2.417
Total	90.494	71.542

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante nos semestres findos em 31/12/2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial	(288)	(544)
Constituições/(reversões)	(80)	256
Baixas/prejuízo	-	-
Saldo final	(369)	(288)

7. Carteira de câmbio - Ativo

	2015	2014
Câmbio comprado a liquidar	89.206	67.142
Outros	893	483
Total	90.099	67.625
Passivo	2015	2014
Câmbio comprado a liquidar	-	11.155
Total	-	11.155

8. Obrigações em moeda estrangeira - Os empréstimos e captações efetuados junto a outras Filiais do Banco de La Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos, Panamá e Madrid, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

	2015	2014
Em moeda estrangeira (US\$)	114.726	75.957
Taxa de conversão do dólar	3.9042	2.6556
Em moeda estrangeira (EUR)	7.189	4.750
Taxa de conversão do euro	4.2482	3.2258
Em moeda nacional	121.915	80.707
Até 360 dias	129.918	78.721
Acima de 360 dias	997	1.986
Total	237.827	165.450

9. Outras obrigações-diversas

	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar	1.076	735
Credores diversos - passivos	57	57